



AOS TRABALHADORES DO
INEM

TÉCNICOS DE EMERGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR

**GOVERNO
DESRESPEITA**

**processo negocial e anuncia suposto
“acordo”, antes de ouvir a FNSTFPS**

A Federação Nacional de Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS) reuniu no passado dia 13 de Dezembro com o Ministério da Saúde e com o Presidente do INEM, reunião que vinha sendo sucessivamente adiada por parte dos representantes do Governo.

Com este anunciado “acordo” o Governo propõe:

➔ A transição para a nova estrutura de carreira é feita na posição remuneratória imediatamente superior à detida actualmente;

Após a transição, o INEM assume o compromisso de no último trimestre de 2025 proceder à abertura de procedimentos concursais, circunscritos aos atuais TEPH para as categorias superiores – TEPH Avançado e TEPH Principal -, desde que os mesmos detenham 16 anos de exercício efectivo no INEM e a formação de TEPH, sendo que esta poderá ser adquirida durante o ano de 2025, os quais devem estar finalizados em Janeiro de 2026, data em que os trabalhadores serão integrados na nova categoria;

➔ O aumento do período experimental para 12 meses, findo o qual o trabalhador que não tenha aproveitamento não será admitido;

➔ Altera a designação das categorias, sem expor os conteúdos funcionais das mesmas.

Governo não precisa de alterar a estrutura de carreira para que a mesma seja valorizada em termos salariais. A valorização salarial não pode servir para retirar direitos e para subverter uma estrutura de carreira, retirando da mesma as categorias de coordenação, as quais são garante de independência funcional em qualquer carreira. De acordo com a SEAP - sem certezas ou compromisso da sua parte -, as actuais coordenações seriam exercidas em comissão de serviço.

Existem muitas matérias que consideramos fundamentais e que devem estar presentes neste processo negocial, como seja:

O reconhecimento das funções do Responsável de Turno no CODU em termos remuneratórios e funcionais;

A diminuição do tempo para a aposentação/reforma;

A consagração da penosidade provocada pela exposição constante a situações de emergência e risco;

O apoio jurídico enquanto responsabilidade do INEM e não do trabalhador no exercício das suas funções.

A FNSTFPS considera que esta é uma base de trabalho e não o produto final das negociações, pelo que irá analisar em detalhe a proposta agora apresentada pela Tutela. Neste sentido, ficou já agendada nova reunião para dia 27 de Dezembro, onde iremos dar continuidade ao processo negocial agora iniciado.

A LUTA CONTINUA

Mantém-te Informado!
Contacta o teu Sindicato!

fpsnacional.pt

